



BREVE PANORAMA DO ACESSO À SAÚDE DA POPULAÇÃO RIBEIRINHA

ZÉLIA ÁUREA SILVA DE AZEVEDO THOMAZ; KEILA CRISTINA DOS SANTOS TEIXEIRA; VINICIUS NILO ALECRIM PINHEIRO; NOLMA ERMACOLA PASSOS DA SILVA GLIER; JAMILLE ALEXANDRE DA SILVA

Introdução: A população ribeirinha é composta por comunidades tradicionais que vivem às margens de rios e igarapés, com um modo de vida intimamente ligado à natureza e ao regime das águas. Sua sobrevivência é baseada em atividades como pesca, agricultura de subsistência e coleta de produtos florestais. O conceito de "território líquido" descreve o ambiente dinâmico em que vivem, caracterizado pela mobilidade e fluidez, sendo o rio o principal elemento de conexão entre pessoas e serviços. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é oferecer um panorama do acesso à saúde dessa população, analisando os desafios e as políticas públicas voltadas para o atendimento às suas necessidades específicas. **Metodologia:** A metodologia utilizada para este trabalho foi a revisão de literatura e análise de dados secundários no DataSUS. **Resultados:** O acesso à saúde para as comunidades ribeirinhas é dificultado por questões geográficas e socioeconômicas, como o isolamento, a falta de infraestrutura adequada e a escassez de profissionais de saúde qualificados. Essas condições fazem com que doenças como malária, leptospirose, hepatites, dengue e verminoses sejam comuns nessas regiões. Foi levantado que para enfrentar esses desafios inclui a implementação de políticas públicas específicas, como a Política Nacional da Atenção Básica (PNAB) e a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA). A PNAB, em particular, teve um impacto positivo ao criar as Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR) e as Equipes de Saúde da Família Fluviais (ESFF), responsáveis por levar atendimento a áreas de difícil acesso, seja por meio de unidades fixas ou fluviais. **Conclusão:** Os resultados mostram que, apesar dos avanços, o acesso à saúde ainda enfrenta desafios significativos, principalmente devido às condições precárias e à dispersão das comunidades. Conclui-se que políticas públicas específicas, como a criação das Unidades Básicas de Saúde Fluviais, são essenciais para garantir um atendimento de saúde adequado e contínuo à população ribeirinha.

Palavras-chave: **MALÁRIA; INDÍGENA; SUS; EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA RIBEIRINHAS; PNSIPCFA;**